

Processo Administrativo: 005.001154/2025-35
Data do Pedido: 25 de março de 2026.
Servidor ou Equipe de Planejamento Responsável pela elaboração do ETP: Geison Felipe Costa da Silva - Diretor Executivo - DEA/CGAF/SEMUSA Ulysses Rodrigues dos Anjos Silva - Assistente Adm. - NUMAC/DIAC/DEA/CGAF/SEMUSA Fátima De Oliveira Costa Sousa - Chefe II - NUMAC/DIAC/DEA/CGAF/SEMUSA

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

Aquisição de materiais de consumo (insumos laboratoriais), anteriormente fracassados no Pregão Eletrônico nº 90046/2025 (Processo nº 00600-00008734/2023), com vistas ao atendimento das necessidades da Divisão de Laboratórios – DIL, pelo período estimado de até 12 (doze) meses, destinados à execução de exames laboratoriais no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), no município de Porto Velho.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

A presente demanda tem por objeto a aquisição de materiais de consumo (insumos laboratoriais), anteriormente fracassados no Pregão Eletrônico nº 90046/2025 (Processo nº 00600-00008734/2023), destinados ao atendimento das necessidades da Divisão de Laboratórios – DIL, pelo período estimado de até 12 (doze) meses, visando à execução de exames laboratoriais no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), no município de Porto Velho, abrangendo Atenção Básica, Maternidade Municipal e Unidades de Pronto Atendimento.

Os insumos contemplam o suporte diagnóstico às unidades da rede municipal de saúde, incluindo Atenção Básica, Maternidade Municipal e Unidades de Pronto Atendimento, sendo essenciais à continuidade dos serviços laboratoriais, controle de infecções e segurança dos processos assistenciais.

Os insumos laboratoriais são essenciais à manutenção da capacidade diagnóstica da rede municipal, sendo indispensáveis para suporte às condutas clínicas, vigilância em saúde e prevenção de agravos como a sífilis em período gestacional.

Registra-se que o Pregão Eletrônico nº 90046/2025 restou fracassado para os itens ora demandados, não havendo propostas válidas ou fornecedores habilitados.

Diante disso, procedeu-se à **reavaliação das condições de contratação**, incluindo especificações técnicas, exigências de habilitação e estratégias de mercado, além da inclusão de novo quantitativo dos itens.

II – Necessidade do quantitativo: O quantitativo solicitado foi definido com base em critérios técnicos e operacionais, considerando:

- média histórica de consumo das unidades;
- projeção de atendimentos da rede municipal;
- perfil epidemiológico local;
- nível de estoque disponível;
- tempo médio de reposição.

Os insumos são essenciais ao funcionamento da rede de diagnóstico laboratorial, com impacto direto na assistência à saúde:

a) VDRL: Utilizado para triagem sorológica da sífilis, especialmente em gestantes e protocolos de pré-natal. Sua ausência compromete o diagnóstico precoce e eleva o risco de transmissão vertical e sífilis congênita.

b) Kit Urocultura: Fundamental para diagnóstico microbiológico de infecções urinárias e definição terapêutica. A indisponibilidade compromete a conduta clínica e favorece resistência antimicrobiana.

c) Hipoclorito de Sódio: Indispensável para desinfecção de superfícies e ambientes assistenciais. Sua ausência compromete protocolos de biossegurança e eleva o risco de infecções cruzadas.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Natureza Da Aquisição

3.1.1. Os materiais descritos são considerados comuns, pois se enquadram nos termos do parágrafo XIII, do art.6º, da Lei nº 14.133, de 2021:

“Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles

cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado”.

3.2 Para os itens 01 a 03 o Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta sob pena de não aceitação:

3.3 Na fase de Habilitação Jurídica:

Para os itens 01 a 03 o Pregoeiro solicitará ao licitante na fase de Habilitação Jurídica:

3.3.1 Apresentação de atestados de capacidade técnica, exclusivamente em nome do licitante, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem o fornecimento de materiais compatíveis com o objeto a ser licitado, e ainda;

3.3.1.1 Os atestados emitidos por pessoa jurídica de direito privado deverão, obrigatoriamente, estar em papel timbrado com identificação e endereço da emitente, o nome completo do signatário, estando as informações ali contidas sujeitas a verificação de sua veracidade por parte da Administração.

3.3.2 Apresentar Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedida pela Anvisa, da sede da licitante, para os itens enquadrados na RDC nº 16 de 1 de Abril de 2014 os quais têm exigência de registro na Anvisa, caso ofertar produtos aos itens 1, 2, e 3.

3.3.3 Apresentar Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento ou Licença Sanitária Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, emitida pela Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, da sede da licitante, caso ofertar produtos aos itens 1, 2, e 3.

3.3.4. Inserir no item de obrigações da contratada para os itens correspondentes a equipamentos da área da saúde:

3.3.4.1 A contratada deverá apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) para os produtos abrangidos pela RDC nº497, de 20 de maio de 2021, quando aplicável. O documento é emitido pela Anvisa atestando que determinado estabelecimento cumpra com as Boas Práticas de Fabricação.

3.4 Da Subcontratação

3.4.1 Não será permitida a subcontratação.

3.4.3 Registro na ANVISA

3.4.3.1 Para fins de habilitação técnica, o licitante deverá comprovar que o produto ofertado possui registro válido junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). A comprovação poderá ser feita mediante a apresentação de cópia do certificado de registro, da publicação do ato no Diário Oficial da União ou por meio de consulta online aos sistemas oficiais da ANVISA, a ser realizada pela equipe de licitação durante a fase de análise.

3.4.3.2 Estando o registro do material vencido, a Empresa deverá apresentar documento que comprove o pedido de sua revalidação (protocolo), junto ao comprovante de pagamento da taxa de revalidação do referido registro.

3.5 Da Subcontratação

3.5.1 Não será permitida a subcontratação.

3.6. Critérios de Sustentabilidade:

3.6.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

3.6.2 Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;

3.6.3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagens individual adequada, com menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

3.6.4. Assim, objetiva-se atender a legislação vigente, visando a isonomia entre os participantes do certame e a não restrição da competitividade, e, por consequência, adquirir produtos de qualidade e com segurança para os seus usuários.

3.6.5. Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, para os itens 1, 2 e 3 conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013.

3.7 Garantia

3.7.1. Fica terminantemente vedado ao licitante contratado entregar materiais e equipamentos que sejam usados, reservando-se ao Município de Porto Velho/ RO o direito de recusar qualquer item que apresente tais características;

3.7.2. Os equipamentos serão fornecidos pela empresa vencedora, de primeiro uso, devendo mantê-lo sempre com qualidade e dentro de sua validade até seu recebimento definitivo, respeitando-se complementarmente o período da validade ofertada;

3.7.3. O não atendimento dos prazos fixados poderá implicar a aplicação das sanções definidas na Lei. O não atendimento do prazo fixado implicará pena de rescisão do termo que instrumentaliza a contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas e outras previstas no Edital de Licitação e na Legislação pertinente e em vigor, salvo justificativa fundamentada do fornecedor, com a devida aceitação do ordenador de despesa da unidade orçamentária responsável pela contratação;

3.7.4. A garantia do fornecedor será de forma integral, contra qualquer defeito de fabricação que venham a apresentar, incluindo avarias durante o transporte até o local do recebimento e/ou problemas técnicos;

3.7.5. A garantia deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses, contados da data da entrega técnica definitiva do bem, conforme as especificações neste Estudo Técnico Preliminar.

- 3.7.6. Devolver os produtos caso não estejam dentro das especificações constantes neste instrumento, ficando a contratada sujeita às sanções cabíveis.
- 3.7.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;
- 3.7.8. Deverá apresentar, como forma de comprovação da garantia mencionada no subitem anterior, CERTIFICADO DE GARANTIA DO FABRICANTE, ou documento similar no ato da entrega.
- 3.7.9. No caso de os bens apresentarem defeitos e, conseqüentemente ser substituída, a garantia será contada a partir da nova data de entrega.
- 3.7.10 O produto ofertado deverá atender aos dispositivos da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Em cumprimento e nova Lei de Licitação, nº 14.133/2021, conforme dispositivo abaixo:

"Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:

§ 5º O sistema de registro de preços poderá ser usado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, observadas as seguintes condições:

I - realização prévia de ampla pesquisa de mercado;"

A realização de análise da presente demanda verificou-se que a Administração Pública, bem como a Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA possuem histórico de Aquisições para o mesmo objeto, caracterizando-o como compra com entrega imediata de no prazo máximo até 30 (trinta) dias corridos e instrumentalizado por meio de Nota de Empenho, através de Pregão Eletrônico do tipo Menor Preço. No momento da pesquisa de preços, tal forma de contratação, pode ser observada no âmbito da Prefeitura de Porto Velho como consta no SRPP Nº 030/2022 - AQUISIÇÃO DE INSUMOS, REAGENTES, CORANTES E TESTES RÁPIDOS PARA AS UNIDADES LABORATORIAIS.

No momento da pesquisa de preços, tal forma de contratação, pode ser observada em outras esferas da administração pública, conforme link abaixo:

<https://transparencia.portovelho.ro.gov.br/despesas/atas/1160>.

Resta a comprovado, que a aquisição dos materiais seria a melhor opção a ser aplicada ao processo em tese.

Passamos agora a análise das possíveis formas de aquisição:

1º Implantação de Sistema de Registro de Preços:

Com a utilização do Sistema de Registro de Preços, a Administração tende a economizar nas suas aquisições, não precisando providenciar grandes áreas para armazenagem de materiais tendo em vista que o licitante vencedor, ao assinar a Ata de Registro de Preços, compromete-se a fornecer os materiais pelo preço acordado e no momento em que for solicitado.

Outros pontos a serem considerados na utilização de Sistema de Registro de Preços:

- Economia de Tempo: Redução do tempo gasto em processos licitatórios, já que o SRP permite a realização de licitação única para futuras contratações;
- Agilidade nas Aquisições: Facilita a aquisição de bens e serviços de forma mais rápida, pois dispensa a necessidade de novas licitações a cada compra;
- Economia de Recursos Financeiros: Possibilidade de negociação de preços mais vantajosos, resultando em economia de recursos públicos;
- Planejamento Orçamentário: Maior previsibilidade orçamentária, uma vez que as contratações futuras já estão pré-determinadas pelos preços registrados;
- Flexibilidade Contratual: Maior flexibilidade para contratações, visto que as quantidades exatas a serem adquiridas podem ser determinadas posteriormente.

Sabe-se que o registro de preço é uma das modalidades de escolha para as aquisições públicas pelas características que se impõem através do Art. 28 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

O registro de preços é um sistema que visa a uma racionalização nos processos de contratação de compras públicas e de prestação de serviços. Sua finalidade precípua é maximizar o princípio da economicidade, permitindo à Administração Pública celebrar o contrato administrativo na exata medida e no momento de sua necessidade, sempre precedido de licitação, qualquer que seja o valor efetivo a ser praticado em cada situação específica.

Contudo, não há necessidade de gerenciar os quantitativos apresentados, pois o departamento possui local adequado para armazenamento, e a tentativa de aquisição por implantação restou em fracasso, como visualizado no Pregão Eletrônico nº 90046/2025. Portanto a implantação do sistema de registro de preços não se apresenta como solução viável ao caso.

Solução 2 – Aquisição de PARCELA ÚNICA por meio de Licitação de Compra, por meio de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO.

O pregão, na forma eletrônica, como modalidade de licitação do tipo menor preço, realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for feita à distância em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet.

O Pregão Eletrônico do Tipo Menor Preço permite a participação de um maior número de fornecedores, ampliando assim a competitividade. O aumento dos participantes é outro ponto que colabora diretamente com a redução de valores dos bens e serviços a serem adquiridos e dando a possibilidade de a oferta de lances acabarem reduzindo consideravelmente o valor do item, gerando

economia. Além disso, existe a possibilidade de eliminar as propostas que não estão em conformidade com o edital, sendo realizada a análise detalhada em relação a proposta vencedora “em favor de obtenção de uma maior economicidade para a Administração”.

Considerando que a demanda não necessita de gerenciamento dos materiais e a possibilidade de aquisição completa dos produtos desejados pelo departamento, o pregão eletrônico para aquisição total dos bens é a solução mais adequada ao caso.

Solução 3 - Adesão a Ata de Registro de Preços.

Uma alternativa considerada é a adesão a Ata de Registro de Preços, que permite aproveitar propostas vantajosas obtidas em licitações por outros órgãos e entidades públicas.

No entanto, é importante ressaltar que o atendimento dos pedidos dos órgãos meramente usuários está sujeito à consulta prévia e à aceitação tanto do órgão ou entidade gerenciadora quanto do fornecedor.

Isso pode implicar em processos adicionais e burocráticos para a SEMUSA. Além disso, o quantitativo necessário para suprir as necessidades da SEMUSA pode demandar múltiplas adesões a diversas atas de registro de preços, o que pode não ser vantajoso para a secretaria.

Até o momento, não foram encontradas atas que satisfaçam integralmente os materiais de consumo laboratoriais desejados pelo Departamento de Diagnostico - DAD, portanto a aplicação da adesão a ata não se adequa ao caso.

Solução 4 - Dispensa de licitação:

A aquisição, com base em cotação anterior 0099232, apontava inicialmente para dispensa de licitação em razão do valor, com base no art. 75, II da lei 14.133/2021. Quanto a compra dos materiais por SRPP, percebe-se que já houve a tentativa de aquisição desses bens em processo anterior feito pela própria SEMUSA, onde restaram os itens fracassados, conforme SRPP 040/2025 PE 90046/2025 PNCP, advinda do processo eletrônico ETCDF nº **00600-00008734/2023-63**.

No caso em questão, tendo sido realizada uma análise desses requisitos, o inciso II do art. 75, da referida lei de licitação, atinge o quesito de valor apresentado no referido artigo, sendo esse valor atualizado pelo **DECRETO Nº 12.807, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025** do Governo Federal, onde informa que o valor máximo para dispensa de licitação é de **valor máximo para dispensa de licitação o de R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos)**.

Entretanto, com base na cotação mais aprofundada realizada pela SMCL, e informada em Quadro Comparativo de Preços RETIFICADO (0402472), os valores médios de mercado superaram o limite apresentado no decreto, compreendendo os valores de **R\$ 66.733,30 (sessenta e seis mil, setecentos e trinta e três reais e trinta centavos)**, afetando também a forma de contratação e impedindo a contratação direta por dispensa de licitação.

SOLUÇÃO VIÁVEL:

Levando em conta as prerrogativas acima descritas, justifica-se a necessidade da pretensa aquisição como medida essencial para garantir o adequado funcionamento das unidades de saúde, contribuindo diretamente para o fortalecimento da prestação dos serviços públicos de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, no Município de Porto Velho/RO, conforme descrito no item 4 deste Estudo Técnico Preliminar.

Após análise das informações levantadas por meio da pesquisa de mercado, verifica-se que a solução mais adequada à satisfação da necessidade administrativa é a realização de procedimento licitatório na modalidade PREGÃO, em sua forma ELETRÔNICA, com fundamento no art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de aquisição de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital.

A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) não se mostra vantajosa no presente caso, tendo em vista que a contratação possui caráter pontual, com quantitativos previamente definidos e necessidade de aquisição integral dos bens, não havendo demanda futura ou parcelada que justifique a gestão de ata de registro de preços. Também a de se destacar a tentativa de aquisição utilizando do sistema de registro de preços, que restou fracassada.

No que se refere à adesão a Atas de Registro de Preços, não foram identificadas atas vigentes capazes de atender integralmente às especificações técnicas e quantitativos demandados, restando inviável sua utilização como solução para a presente contratação.

Quanto à possibilidade de contratação por dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, verifica-se que, conforme pesquisa de preços realizada, o valor estimado da contratação ultrapassa o limite legal estabelecido para essa modalidade, afastando, portanto, sua aplicabilidade ao caso concreto.

Dessa forma, conclui-se que a solução mais adequada é a realização de licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, com contratação formalizada por meio de Nota de Empenho, e entrega integral dos bens no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, conforme disposto nos arts. 28, inciso I, e 95, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1 AQUISIÇÃO DE MATERIAL POR MEIO DE PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, instrumentalizado por meio de compra com entrega imediata de no prazo máximo até 30 (trinta) dias corridos, por meio de Nota de Empenho, de acordo com art. 6º, XLI, o art. 28, I, o art. 95, II da Lei de Licitações e Contratos Administrativos 14.133/2021.

A modalidade escolhida se adequa às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, uma vez que apresenta solução plausível para o caso e compatível com os requisitos do Departamento de Atenção Básica - DAB.

Essa solução visa uma racionalização nos processos de contratação de compras públicas e de prestação de serviços. Sua finalidade principal é maximizar o princípio da economicidade, permitindo a Administração Pública celebrar o contrato administrativo na exata medida e no momento de sua necessidade. A solução apresentada no ITEM 4 desse ETP é altamente viável, pois otimiza seus processos de aquisição e garante uma maior transparência e controle sobre seus gastos.

5.2 DO PRAZO, DA FORMA DE ENTREGA E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

5.2.1 Os produtos solicitados deverão ser entregues no Departamento de Almoxarifado e Patrimônio - DAP, da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, sito à Rua Monteiro Lobato, nº 5.550, Bairro Jardim Eldorado, Telefone: (69) 3901-2948 / 3901-2822, CEP 76.811-794, Porto Velho/RO, observando o horário comercial das 08h00 às 14h00.

5.2.2 A entrega dos materiais de consumo (insumos laboratoriais) dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de recebimento da requisição e da nota de empenho. O prazo poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, totalizando 60 (sessenta) dias, mediante solicitação formal e devidamente justificada, compreendendo o período necessário para a fabricação e entrega dos materiais de consumo (insumos laboratoriais).

5.2.3 O prazo estabelecido somente poderá ser prorrogado mediante solicitação escrita e justificada, formulada antes de findo o prazo inicialmente fixado e formalmente aceita pela Unidade Administrativa solicitante.

5.2.3.1 A solicitação de prorrogação deverá ser protocolada dentro do prazo de entrega dos materiais de consumo (insumos laboratoriais).

5.2.3.2 Deverá ser apresentada comprovação documental da ocorrência de motivo imprevisível (caso fortuito, força maior ou fato do príncipe), que tenha correlação direta de causa e efeito com a necessidade do atraso.

5.3 Não se admitirá prorrogação do prazo:

5.3.1 Quando o atraso ocorrer por culpa da contratada;

5.3.2 Quando não forem cumpridos os requisitos do subitem 5.2.2; ou quando houver interesse público devidamente justificado nos autos que demonstre ser a escolha mais vantajosa para a Administração.

5.4 Os materiais de consumo (insumos laboratoriais) deverão ser acompanhados de nota fiscal contendo o nome, a caracterização clara e precisa dos bens, bem como o número da Nota de Empenho correspondente.

5.5 Ocorrendo recusa ou atraso na entrega dos itens, a comissão de recebimento se obriga a produzir parecer técnico e o encaminhará ao Ordenador de Despesas para instauração de procedimento administrativo, instrução dos autos para fins de penalização da contratada.

5.6 Qualquer solicitação por parte da contratada deverá ser dirigida ou entregue à Unidade Administrativa envolvida, conforme endereço indicado no subitem 5.2.1, aos cuidados do Departamento de Almoxarifado e Patrimônio - DAP, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00 às 14h00.

5.7 Caso não haja expediente na data prevista para a entrega dos materiais de consumo (insumos laboratoriais), esta ficará automaticamente adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário anteriormente estabelecidos.

5.8 Os bens serão recebidos da seguinte forma:

5.8.1 Provisoriamente, em até 05 (cinco) dias úteis, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, mediante aposição de carimbo de recebimento provisório por servidor no verso da fatura/nota fiscal;

5.8.2 Definitivamente, em até 10 (dez) dias úteis, contados da data da entrega, após a verificação da qualidade e da quantidade do material e consequente aceitação, quando então será emitido o Termo de Recebimento Definitivo;

5.8.3 O recebimento provisório ou definitivo: não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do material, nem ético-profissional pela perfeita execução do objeto, dentro dos limites estabelecidos pela Lei ou instrumento contratual.

5.9 O prazo para correção de eventuais falhas na entrega do objeto será de até 30 (trinta) dias corridos. O prazo será contado a partir do acionamento pela Contratante à Contratada

5.10 O prazo para recebimento definitivo dos bens que apresentar falha será o mesmo descrito no subitem 5.8.2

5.11 Caso a substituição não ocorra dentro do prazo estipulado, a contratada, ao incorrer em atraso na entrega, ficará sujeita à aplicação das sanções previstas.

5.12 Os custos decorrentes da substituição do objeto rejeitado correrão exclusivamente às expensas da contratada.

5.13 Caberá à contratada sanar as irregularidades apontadas no recebimento provisório ou definitivo, submetendo a etapa impugnada à nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

5.14 Não será admitido, para efeito de recebimento, material que esteja em desacordo ou em conflito com quaisquer especificações descritas neste documento.

5.15 Da Comissão De Recebimento:

5.15.1. A execução das obrigações contratuais deste instrumento será fiscalizada por servidor(es), doravante denominado(s) FISCAL(IS), ou Comissão de Recebimento, designado formalmente, com autoridade para exercer, como representante desta Secretaria, toda e qualquer ação de orientação geral, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes deste instrumento, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, conforme prevê os artigos. 117 e 140 da Lei nº 14.113/21.

5.15.2 Esta fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, não implicando também, corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 120, da Lei nº 14.133/21).

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

6.1 Metodologia de Cálculo:

A definição dos quantitativos para os itens kit VDRL, kit Urocultura e hipoclorito de sódio foi realizada com base em critérios técnicos, operacionais e epidemiológicos, conforme levantamento realizado pelas unidades requisitantes e consolidado pela área técnica da Secretaria Municipal de Saúde.

KIT VDRL

Base de cálculo: Média mensal de exames realizados em gestantes, pacientes com suspeita de ISTs e triagens populacionais.

Justificativa: A sífilis é uma doença de notificação compulsória, com alta incidência regional. O quantitativo proposto garante cobertura para os próximos 12 meses, considerando campanhas de prevenção e protocolos de pré-natal.

Indispensabilidade: A testagem contínua é essencial para evitar transmissão vertical e surtos comunitários.

KIT UROCULTURA

Base de cálculo: Histórico de atendimentos ambulatoriais e hospitalares com suspeita de infecção urinária.

Justificativa: O quantitativo foi dimensionado para atender à demanda média mensal das unidades laboratoriais, com margem de segurança para períodos de sazonalidade.

Indispensabilidade: A urocultura é fundamental para diagnóstico preciso e controle da resistência antimicrobiana.

HIPOCLORITO DE SÓDIO

Base de cálculo: Consumo mensal por unidade hospitalar e ambulatorial, conforme protocolos de desinfecção.

Justificativa: O produto é utilizado em larga escala para higienização de ambientes, superfícies e equipamentos. O quantitativo contempla o abastecimento contínuo por 6 a 12 meses.

Indispensabilidade: A ausência compromete diretamente a biossegurança e o controle de infecções hospitalares.

6.2 Unidades Contempladas

O presente objeto, tem por objetivo fornecer apoio diagnóstico as condutas assistenciais da APS no município de Porto Velho/RO por meios da execução de testes diagnósticos no Laboratório Municipal (LAM), tendo como integrantes da rede de atenção primária em saúde 23 unidades de saúde na zona urbana e 20 unidades de saúde na zona rural do município de Porto Velho/RO.

As quantidades estimadas foram definidas com base no DFD ID 0714017:

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	486694	KIT PARA UROCULTURA composto por um copo de coletor de urina, um tubo para transporte em plástico com conservante C&C, transparente, capacidade para 4 ml de aspiração (indicado para transporte de amostra de urina para cultura e teste de sensibilidade de bactérias por conter aditivo liofilizado) com 2,63 mg/dL de ácido bórico, 1,65 mg/dL de sódio e 2,08 mg/dL de Borato de Sódio (que conserva a população bacteriana na amostra por um período de 48 (quarenta e oito) horas a temperatura ambiente) e 2 (duas) embalagens de sabão para antissepsia, capacidade de 120 ml, estéril e graduado, possui orientação na tampa e dispositivo integrado para obtenção da amostra através de vácuo. Caixa com, no mínimo, 50 unidades. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Validade mínima: 12 meses.	CAIXA	250
2	437161	HIPOCLORITO 1% - Desinfetante para superfícies fixas, à base de hipoclorito de sódio 1% de cloro ativo para utilização em bancadas de trabalho e pisos (bactericida). Frasco contendo 1 litro. Pronto para uso. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Validade mínima: 12 meses.	FRASCO	260
3	396034	SUSPENSÃO ANTIGÊNICA PARA TRIAGEM DE VDRL. Kit com mínimo de 100 testes. Pronto para uso. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Validade mínima: 12 meses. TÉCNICA MANUAL.	KIT	450

A referida contratação é considerada BEM COMUM cujo padrão de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado. Essa justificativa se encontra com devido amparo legal, nos termos da legislação vigente.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa prévia do valor da contratação foi realizada em conformidade com art. 23, III, da Lei 14.133/2021:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

I – composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II – contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III – utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

Assim, foi possível obter a estimativa prévia desta contratação conforme Quadro Comparativo de Preços RETIFICADO 0402472 resultando no **valor total estimado de R\$ 66.733,30 (sessenta e seis mil, setecentos e trinta e três reais e trinta centavos)** de acordo com o quadro a seguir:

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD	Valor Unitário	Valor Total
1	486694	KIT PARA UROCULTURA composto por um copo de coletor de urina, um tubo para transporte em plástico com conservante C&C, transparente, capacidade para 4 ml de aspiração (indicado para transporte de amostra de urina para cultura e teste de sensibilidade de bactérias por conter aditivo liofilizado) com 2,63 mg/dL de ácido bórico, 1,65 mg/dL de sódio e 2,08 mg/dL de Borato de Sódio (que conserva a população bacteriana na amostra por um período de 48 (quarenta e oito) horas a temperatura ambiente) e 2 (duas) embalagens de sabão para antissepsia, capacidade de 120 ml, estéril e graduado, possui orientação na tampa e dispositivo integrado para obtenção da amostra através de vácuo. Caixa com, no mínimo, 50 unidades. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Validade mínima: 12 meses.	CAIXA	250	R\$ 63,73	R\$ 15.932,50
2	437161	HIPOCLORITO 1% - Desinfetante para superfícies fixas, à base de hipoclorito de sódio 1% de cloro ativo para utilização em bancadas de trabalho e pisos (bactericida). Frasco contendo 1 litro. Pronto para uso. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Validade mínima: 12 meses.	FRASCO	260	R\$ 9,33	R\$ 2.425,8
3	396034	SUSPENSÃO ANTIGÊNICA PARA TRIAGEM DE VDRL. Kit com mínimo de 100 testes. Pronto para uso. O produto ofertado deverá ter registro válido/vigente na ANVISA/MS. Validade mínima: 12 meses. TÉCNICA MANUAL.	KIT	450	R\$ 107,50	R\$ 48.375,00
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 66.733,30	

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO

O objeto da pretensa contratação é composto por itens divisíveis. O parcelamento da solução é a regra, devendo a licitação ser realizada por item, pois verifica-se não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

Assim, haverá melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda, sendo que, limita-se exclusivamente à entrega dos materiais de consumo (insumos laboratoriais) para Unidades de Saúde da Família.

10. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL
<p>A presente contratação não consta no Plano de Contratações Anual – PCA 2026 em razão de limitação operacional e falha pontual na consolidação das demandas setoriais à época de sua elaboração, especialmente diante do reduzidíssimo quadro técnico da Divisão de Apoio ao Diagnóstico/Divisão de Laboratórios, como já demonstrado no requerimento realizado no processo SEI! 005.001786/2026-80 (Solicitação de Pessoal) Memorando 11 (0492822).</p> <p>Destaca-se, contudo, que o PCA, nos termos do art. 12 da Lei nº 14.133/2021, constitui instrumento de planejamento sem caráter vinculante absoluto, sendo admissível a realização de contratações supervenientes devidamente justificadas. No caso em tela, a necessidade decorre de fato posterior e relevante, qual seja, o fracasso do Pregão Eletrônico nº 90046/2025 com início em 2023, que inviabilizou a aquisição de materiais de consumo essenciais, exigindo a readequação das condições de contratação e nova submissão ao mercado, somado à manutenção da demanda assistencial e ao risco concreto de desabastecimento.</p> <p>Trata-se, portanto, de objeto essencial, contínuo e inadiável, diretamente vinculado à prestação de serviços públicos de saúde (diagnóstico de sífilis, principalmente para grávidas em seus trimestres de gestação), cuja não contratação compromete a continuidade assistencial e eleva riscos, razão pela qual sua inclusão fora do PCA mostra-se plenamente justificada à luz dos princípios da eficiência, interesse público e continuidade do serviço, sem prejuízo da adoção de medidas internas para aprimoramento do planejamento das contratações nos exercícios subsequentes.</p> <p>Destinação de recurso para a aquisição para materiais de consumo:</p> <p>Dotação Orçamentária:</p> <p>PA - 08.31.10.302.329.2.180</p> <p>Elemento da Despesa - 33.90.30 Material de Consumo</p> <p>Fonte - 1709.</p> <p>A previsão encontra-se na PAS 2026 na Diretriz 3, Objetivo 3.4, Meta 3.4.3 - Ampliar 94% a produção física de exames laboratoriais realizados pelo Laboratório Central Municipal, visando atingir o teto de 2 milhões de exames executados/ano na rede municipal de diagnóstico.</p>

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS
<p>A presente contratação tem por objetivo a aquisição de materiais de consumo (insumos laboratoriais), visando atender às demandas assistenciais da unidade de saúde, com foco na melhoria da qualidade dos serviços prestados à população, aumento da eficiência operacional e racionalização dos recursos públicos.</p> <p>A presente contratação está alinhada com os interesses públicos e pretende:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ampliar a capacidade de atendimento da unidade; • Reduzir o tempo médio de espera para realização de exames/procedimentos; • Otimizar o fluxo de atendimento. • Assegurar alta disponibilidade dos equipamentos; • Reduzir riscos ocupacionais; • Garantir condições seguras de operação. • A melhoria da prestação dos serviços de saúde pública; <p>A contratação trará benefícios notáveis a administração pública, pois renovará os equipamentos hospitalares unidades de saúde da família e trará melhor qualidade no atendimento.</p>

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS
<p>Para viabilizar a aquisição de materiais de consumo (insumos laboratoriais) para atender as Divisão de Laboratório - DIL, deverão ser adotadas as seguintes providências:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realização do procedimento licitatório, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis; • Definição clara das especificações técnicas dos itens a serem adquiridos, assegurando qualidade, durabilidade e adequação às necessidades da unidade hospitalar; • Previsão orçamentária e financeira para cobertura das despesas, observando a disponibilidade de recursos; • Acompanhamento e fiscalização do processo de aquisição pela equipe responsável, garantindo a transparência e a conformidade legal; • Recebimento, conferência e instalação dos equipamentos adquiridos, assegurando que estejam em perfeitas condições de uso; • Disponibilização dos bens adquiridos às áreas designadas, de modo a atender aos servidores plantonistas e contribuir para a melhoria das condições de trabalho e da assistência prestada.

13. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Em atendimento às normas constantes na Instrução Normativa nº 01/2010/SLTI/MPOG, as licitantes deverão observar as seguintes medidas mitigadoras dos eventuais impactos ambientais negativos advindos da futura aquisição:

As especificações dos materiais a serem adquiridos, contemplarem além das características da matéria prima usada na confecção dos produtos, critérios para armazenagem e reciclagem.

Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e ABNT NBR 15448-2;

Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

No que diz respeito às obrigações do solicitante, o mesmo deve proceder o uso responsável do material adquirido, assim como dar destino adequado aos resíduos gerados.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA SOLUÇÃO

Levando-se em conta as considerações realizadas no presente estudo preliminar, feitas as devidas alterações quando da elaboração do Termo de Referência por parte da equipe responsável pela formalização da demanda, entende-se ser viável a contratação.

Declaramos que as informações levantadas ao longo do ETP, que a solução escolhida é viável de ser implantada. No entanto, devem ser submetidos a aprovação do departamento requisitante e departamento de orçamento para fins de análise orçamentária.

Responsável(eis) pela elaboração:

Ulysses Rodrigues dos Anjos Silva

Assistente Administrativo

Mat. 269424

Fátima De Oliveira Costa Sousa

Chefe II - Núcleo de Controle de Aquisições de Materiais de Consumo

Decreto Nº 1.823/I,2025

Carla Dominique Brambilla Watanabe

Gerente II - DIGEAS/DA/CGAF/SEMUSA

Geison Felipe Costa Da Silva

Diretor Executivo de Administração

Decreto nº 1.823/I/2025

Ricardo Guedes Brandao

Coordenador de Gestão Administrativa e Financeira

Decreto nº 1.666/I/2025

Aprovação da Autoridade Competente:

Douglas Miranda Oliveira

Gerente - SEMUSA-DAD

Declaro estar ciente dos principais riscos desta contratação e AUTORIZO O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO na forma legal, conforme competência prevista no Art. 28º da Lei complementar Municipal nº 882/2022 e demais alterações.

Sandra Maria Petillo Cardoso

Secretária Municipal de Saúde

Decreto nº 2809/I/2026



Documento assinado eletronicamente por **Fatima de Oliveira Costa Sousa, Chefe**, em 14/04/2026, às 09:28, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Guedes Brandão, Coordenador(a)**, em 14/04/2026, às 10:31, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Geison Felipe Costa da Silva, Diretor(a)**, em 14/04/2026, às 13:43, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Maria Petillo Cardoso, Secretário(a)**, em 14/04/2026, às 14:16, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Douglas Miranda Oliveira, Coordenador(a)**, em 15/04/2026, às 10:07, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Ulysses Rodrigues Dos Anjos Silva, Assistente**, em 15/04/2026, às 10:11, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Dominique Brambilla Watanabe, Gerente**, em 16/04/2026, às 09:06, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.portovelho.ro.gov.br/sei> informando o código verificador **0771286** e o código CRC **0CF104E4**.

